



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 1 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 9 DE JANEIRO DE 2015.**

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação às Grandes Opções do Plano nº 16/2014. -----

2. Ratificação à Alteração Orçamental nº 1/2015 e Alteração às Grandes Opções do Plano nº 1/2015. -----

3. Fundo de Maneio para 2015. -----

4. Atribuição de Apoios às Freguesias para o Ano de 2015. -----

5. Atribuição de Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor para o Ano de 2015. -----

6. Atribuição de Apoio à CIMBB. -----

7. Procedimento de Empreitada – Ratificação – Processo MB – 30/2014. -----

8. Adjudicação da Empreitada “Requalificação Urbana do Centro Norte de Penamacor”. -----

9. Expropriação por Utilidade Pública. -----

10. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dezasseis horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foram presentes ao Executivo as atas da última reunião ordinária realizada em 18 de dezembro do ano de dois mil e catorze e ata da reunião extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2014, cujas fotocópias foram antecipadamente distribuídas a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar, sendo que nenhum deles exerceu esse direito. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 16/2014 . -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 30 de dezembro de 2014, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 1/2015 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 1/2015. -----

Este ponto da Ordem de Trabalhos foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara e fundamentado com os documentos correspondentes à 1ª Alteração Orçamental e 1ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no montante de 157.500,00 euros que integram a presente ata e a ela ficam anexos, dando-se aqui por reproduzidos. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Postas a votação a primeira Alteração Orçamental e primeira Alteração às Grandes Opções do Plano, foram as mesmas aprovadas por unanimidade. O Senhor Presidente propôs a aprovação da presente deliberação em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – FUNDO DE MANEIO PARA 2015. -----

O Senhor Presidente apresentou a proposta de constituição do Fundo de Maneio para o Ano de 2015, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. Propôs, nos termos do Regulamento Municipal de Sistema de Controlo Interno, a constituição do seguinte fundo de maneio e respetivas despesas orçamentais autorizadas: -----

Responsável: Maria do Céu Gonçalves Clemente Lopes Crucho, no montante de €2.500,00 (Dois mil quinhentos euro). -----

Natureza das despesas autorizadas por rubrica de classificação económica: ----

02010202 – Gasóleo - €500,00; -----

020120 – Material de Educação, Cultura e Recreio – €250,00; -----

020121 – Outros Bens - €200,00; -----

020209 – Comunicações - €75,00; -----

020213 – Deslocações e Estadas - €750,00; -----

020225 – Outros Serviços - €500,00; -----

06020305 – Outras despesas correntes - €225,00; -----

Propôs, ainda, que dado o elevado montante do Fundo de Maneio atribuído à responsável Maria do Céu Gonçalves Clemente Lopes Crucho, fica esta autorizada a guardá-lo no cofre da Tesouraria da Câmara Municipal, em recetáculo independente e devidamente identificado no exterior com a descrição “Fundos de Maneio”. A reconstituição e reposição do fundo obedecerão ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 10º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2015.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que compete à Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberar sobre forma de apoio às juntas de freguesia, para a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; Considerando o interesse e a importância para as freguesias na manutenção das formas de apoio traduzidas em transferências mensais (duodécimos), para fazer face a despesas correntes e despesas de capital; -----

Considerando que a próxima Assembleia Municipal deverá ter lugar em fevereiro de 2015, mas que urge atribuir os apoios em causa, propõe-se que seja deliberado atribuir às freguesias os seguintes apoios: -----

Para a União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, a título de transferências correntes €53.208,00. -----

Para a União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta, a título de transferências correntes €32.844,00. -----

Para a Freguesia de Aranhas, a título de transferências correntes €16.308,00. -

Para a Freguesia de Meimão, a título de transferências correntes €15.816,00. --

Para a Freguesia de Meimosa, a título de transferências correntes €16.692,00. --

Para a Freguesia de Salvador, a título de transferências correntes €18.528,00. -

Para a Freguesia de Vale da Senhora da Póvoa, a título de transferências correntes €13.356,00. -----

Para a Freguesia de Benquerença, a título de transferências correntes €19.092,00. -----

Tendo em conta que a competência pertence à Assembleia Municipal, deverá a presente proposta ser submetida a ratificação do órgão deliberativo, nos termos

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

e para os efeitos do disposto no artigo 137º do Código do Procedimento Administrativo.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENAMACOR PARA O ANO DE 2015. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito da competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea o), nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, propõe-se a atribuição de €150.000,00 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor, a transferir por duodécimos no ano de 2015, a título de transferências correntes.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À CIMBB. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que a CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, liderou a candidatura para a Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para o Combate de Incêndios em Espaços Naturais. -----

Considerando que 7,5% da despesa elegível referente aos equipamentos entregues às corporações de Bombeiros seria participado pelos municípios, bem como a totalidade do IVA; -----

Considerando que as deliberações dos órgãos das entidades intermunicipais vinculam os municípios que as integram, conforme o nº 1 do artigo 105º da Lei



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que seja deliberado autorizar a transferência para a CIMBB, no montante apurado de €6,283,00.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – PROCEDIMENTO DE EMPREITADA – RATIFICAÇÃO – PROCESSO MB – 30/2014.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Encontra-se a decorrer procedimento de formação de contrato da empreitada designada “Requalificação Urbana do Centro de Penamacor”. O procedimento adotado na fase de formação de contrato foi, por força do valor estimado da despesa inicial, o concurso público, tendo o respetivo anúncio (nº 6552/2014) sido publicado na II Série do Diário da República nº 224, de 19 de novembro de 2014. Por deliberação da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2014, a execução da empreitada foi adjudicada à sociedade António Lourenço, Lda., pelo valor da proposta de 155.155,20 Euros. -----

Por força do que dispõe o nº 1 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, é à Câmara Municipal que competente aprovar a minuta do contrato a celebrar. Porém, dada a urgência na notificação da minuta ao adjudicatário, fundamentada na necessidade de promover a assinatura do contrato tão breve quanto possível, por razões que se prendem com o cumprimento de prazos nos processos de candidatura a fundos comunitários, foi a minuta aprovada por Despacho de 5 de janeiro. -----

Como tal, nos termos e para os efeitos do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se agora que a Câmara Municipal delibere ratificar o Despacho de 5 de janeiro que aprovou a minuta do contrato.”-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

8 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO NORTE DE PENAMACOR” . -----

O senhor vereador Manuel Robalo comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea d) do nº 1 do artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da sala onde decorreu a reunião. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a adjudicação da empreitada de obras públicas em epígrafe, uma vez que a mesma apresenta um valor de adjudicação superior a € 149 639,37. ----- Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente relatório preliminar e relatório final; -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação. -----

2 – A adjudicação da empreitada de obras públicas: “Requalificação Urbana do Centro Norte de Penamacor”, à firma António Lourenço, Lda. pelo preço contratual de € 139 818,97 + IVA. -----

3 - Autorização para notificar o adjudicatário para a prestação de caução no valor de € 13 981,90, de 10% do preço contratual, uma vez que o preço total, resultante da proposta é considerado, anormalmente baixo. -----

4 – Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.ª Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato para aprovação.

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Finda a deliberação, o Senhor Vereador regressou à sala de reuniões. -----

9 – EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Por contrato celebrado em 16/03/2011 entre o Estado Português representado pelo Diretor-Geral de Energia e Geologia e a Câmara Municipal de Penamacor foi atribuída a concessão de exploração de água mineral a que corresponde o nº HM-67 de cadastro e a denominação de Termas das Águas, sita no concelho de Penamacor pelo prazo de 50 anos, prorrogável por prazo não superior a 20 anos; -----

Prevendo o contrato, entre outros, as obrigações da concessionária que implicam designadamente a realização de trabalhos de prospeção, a proposta dum plano de exploração e o pagamento de encargos de exploração; -----

Tal só se torna totalmente viável se inexisterem quaisquer obstáculos ao normal e eficaz desenvolvimento da concessão; -----

O edifício das termas e terrenos anexos são propriedade da União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, criada por agregação das três freguesias nos termos da Lei nº 22/2012 de 30/05, Lei 11-A/2013 de 28/01 e Lei nº 81/2013 de 06/12; -----

Sucedendo que em 28/09/2013 a ex-Junta de freguesias de Águas por escritura de justificação e doação, precedendo deliberação da Assembleia de Freguesia, doou à ÁguasCoop – Preservação do Património e Exploração Termal Cooperativa de interesse público de responsabilidade limitada o usufruto pelo prazo de 20 anos de uma série de prédios rústicos e urbanos que englobam o edifício das Termas e terrenos circundantes; -----

A situação actual de coexistência de uma entidade proprietária dos prédios (União de Freguesias) de uma entidade usufrutuária (Águascoop) e de uma entidade concessionária das Termas (Câmara Municipal) condiciona e



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

obstaculiza uma eficaz e normal implantação dum plano de exploração das mesmas, o que é altamente lesivo do interesse público do município; -----

Sendo assim de inegável interesse público promover a expropriação de utilidade pública que confira à entidade concessionária plenos poderes para a exploração das termas, sem a existência de condicionalismos de qualquer espécie; -----

Nestes termos proponho que a Câmara Municipal delibere desencadear o processo de exploração por utilidade pública do prédio onde funciona as Termas, bem como dos prédios circundantes mediante a resolução de expropriar, a que se seguirá nos termos legais a tentativa de aquisição pela via do direito privado e a obtenção de declaração de utilidade pública. -----

Os bens a expropriar são os seguintes: -----

Prédio Rústico identificado como Artigo 33, Secção L, na Matriz Predial da Freguesia de Águas, Concelho de Penamacor, onde está inscrito a favor de José Luís Costa dos Santos, titular do NIF 282 072 462, com residência conhecida em Rua Governador Luís Cunha Barreto, nº 41 –A, 6090-048 Águas. Prevê-se que os encargos a suportar com a expropriação seja de €15.980,80, conforme relatório elaborado por perito da lista oficial. -----

Prédios Rústicos identificados como Artigos 31 e 32, Secção L, na Matriz Predial da Freguesia de Águas, Concelho de Penamacor, e Artigo Urbano 876, da União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, resultando do artigo 457 da extinta Freguesia de Águas, ambas no Concelho de Penamacor, de que é titular a União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, com o NIF 510 834 078, com sede principal em Rua Pina Ferraz, s/n, 6090-112 Aldeia do Bispo, instituição da qual é máximo representante o Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José Aníbal Geraldês Lopes Birra. Prevê-se que os encargos a suportar com a expropriação seja de €29.060,55, (Artigo 31 - €7.145,00; Artigo 32 - €6.465,55; Artigo 876 - €15.450,00) conforme relatório elaborado por perito da lista oficial".

A Câmara Municipal de Penamacor nos termos da alínea vv) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e artigo 10º da Lei 168/99, de 18 de



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

setembro na redação da Lei 56/200/, de 4 de setembro deliberou concordar com a proposta do Presidente da Câmara Municipal. Mais deliberou notificar os expropriados mediante ofício registado com aviso de receção. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares